



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1797508 - SC (2019/0041433-1)

**RELATOR** : MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
**RECORRENTE** : ALINE CRISTINA SOARES  
**ADVOGADOS** : MÁRCIA ROSANE WITZKE - SC009021  
CARLA LETÍCIA ERN - SC024036  
TAMARA SABINO - SC034181  
**RECORRIDO** : KAIRON ADAM FRANZ  
**ADVOGADOS** : CHARLIANE MICHELS - SC031517  
Elvio Schmitz - SC028528  
Nilvo Kuster - SC028428  
**RECORRIDO** : MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA  
**ADVOGADO** : MAYRA RABELLO BALLESTEROS BEHNE - SC031611B

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Aline Cristina Soares** com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fls. 262/263):

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO 1) ILÍCITO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO QUE OCASIONOU A MORTE DE UM DOS CONDUTORES. OCORRÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE. ABSOLVIÇÃO DO MOTORISTA DO VEÍCULO DA MUNICIPALIDADE NA ESFERA PENAL POR DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO PELO CRIME DE HOMICÍDIO CULPOSO NA 52 DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 302, CAPUT, DO CTB). PROVA DE QUE NÃO CONCORREU PARA O 2º), INFORTÚNIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 386, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E ART. 935 DO CÓDIGO CIVIL. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. COISA JULGADA NA ESFERA CIVIL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.*

*Sentença absolutória penal: não é garantia de impedimento à indenização civil. Estipula o art. 386 do Código de Processo Penal várias causas aptas a gerar absolvições. Algumas delas tornam, por certo, inviável qualquer ação civil ex delicto, enquanto outras, não. Fazem coisa julgada no cível: a) declarar o juiz penal que está provada a inexistência do fato (art. 386, I, CPP); b) considerar o juiz penal, expressamente, que o réu não foi autor da infração penal ou, efetivamente, não concorreu para a sua prática (art. 386, IV, CPP). Reabrir-se o debate dessas questões na esfera civil, possibilitando decisões contraditórias, é justamente o que quis a lei evitar (art. 935, CC, 2ª parte). (NUCCI, Guilherme de Souza).*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 284/291).

A parte recorrente aponta, além da divergência jurisprudencial, violação aos seguintes dispositivos da legislação federal:

(I) art. 1.022, II, do CPC/15, na medida em que não foi sanada omissão quanto à necessidade de se reconhecer que a sentença penal absolutória não produz coisa julgada no presente caso, o que possibilitaria a instrução do feito;

(II) art. 502 do CPC/15, ao argumento de que os motivos e fundamentos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva, não são alcançados pelo fenômeno da imutabilidade, de modo que a verdade dos fatos estabelecidos como fundamento da decisão penal somente podem ser interpretados como questão da lide no juízo cível. Assim, considerando que o juiz penal não fechou questão em torno de o fato existir ou não e tampouco acerca da autoria em relação a determinada pessoa, fica autorizada a instrução da ação, a fim de apurar a culpa dos recorridos, já que a aventada culpa exclusiva da vítima somente vincularia o juízo cível se estivesse contida no dispositivo da decisão penal absolutória, o que não aconteceu.

Conclui, então, que, frente à culpa exclusiva do primeiro recorrido pela ocorrência do evento danoso, resta devidamente demonstrada a responsabilidade do ente público, nos termos da teoria do risco administrativo. Assim, requer o recebimento de indenização pelos prejuízos, sob a forma de pensão mensal, utilizando-se como parâmetro o valor dos vencimentos da vítima, desde a data do evento, até que complete a idade de 25 anos e, ainda, a constituição de capital necessário, cuja renda assegure o pagamento das verbas indenizatórias vencidas e vinculadas.

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A irresignação merece acolhida. Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que *"a responsabilidade civil é independente da criminal, não interferindo no andamento da ação de reparação de danos que tramita no juízo cível eventual absolvição por sentença criminal que, a despeito de reconhecer a culpa exclusiva da vítima pelo acidente, não ilide a autoria ou a existência do fato"*(**AgRg no AREsp 749.755/MG**, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 24/11/2015, DJe 10/12/2015) . Na mesma linha de percepção:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.  
INEXISTÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VITIMA FATAL. COISA  
JULGADA. AFASTAMENTO. ESFERAS PENAL E CIVIL.  
INDEPENDÊNCIA. SÚMULA Nº 83/STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL.  
CULPA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. VALORAÇÃO DA  
PROVA. DANO MORAL. VALOR. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS  
DE MORA. TERMO INICIAL. SÚMULA Nº 54/STJ.*

1. *Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*
2. *Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.*
3. *A responsabilidade civil é independente da criminal, não interferindo no andamento da ação de reparação de danos que tramita no juízo cível eventual absolvição por sentença criminal que, a despeito de reconhecer a culpa exclusiva da vítima pelo acidente, não ilide a autoria ou a existência do fato. Precedente.*
4. *No caso concreto, rever a conclusão do aresto impugnado acerca da responsabilidade da recorrente e do valor da indenização por dano moral encontra o óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.*
5. *A errônea valoração da prova que enseja a incursão desta Corte na questão é a de direito, ou seja, quando decorre de má aplicação de regra ou princípio no campo probatório, e não que se colham novas conclusões a respeito dos elementos informativos do processo.*
6. *Nos termos da orientação firmada nesta Corte Superior, em se tratando de responsabilidade civil extracontratual, como no caso em tela, os juros de mora fluem a partir da data do evento danoso, nos termos da Súmula nº 54/STJ. Precedente.*
7. *Agravo interno não provido.*

**(AgInt no AREsp 1469104/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/03/2020, DJe 19/03/2020)**

*CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. SUSPENSÃO DA AÇÃO CIVIL ATÉ A CONCLUSÃO DA AÇÃO PENAL. SÚMULA Nº 83 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver no julgado omissão, contradição ou obscuridade, nos termos do art. 535 do CPC, o que não se observa no caso dos autos, pois houve manifestação suficiente pelo Tribunal de origem, em relação ao cerceamento de defesa e à necessidade de suspensão do feito 2. A necessidade de produção de determinadas provas encontra-se submetida ao princípio do livre convencimento do juiz, em face das circunstâncias de cada caso. Precedentes desta Corte.*

*3. A responsabilidade civil é independente da criminal, não interferindo no andamento da ação de reparação de danos que tramita no juízo cível eventual absolvição por sentença criminal que, a despeito de reconhecer*

*a culpa exclusiva da vítima pelo acidente, não ilide a autoria ou a existência do fato.*

*4. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no REsp 1483715/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 15/05/2015)**

*PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. ADMINISTRATIVO. ACIDENTE DE VEÍCULO. ESFERA PENAL. INDEPENDÊNCIA. DANOS MORAIS. CARACTERIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANO CONFIGURADO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. AFASTADA. DEVER DE INDENIZAR E QUANTUM FIXADO. REVISÃO. pretensão de reexame de prova. SÚMULA 7/STJ.*

*1. O agravante apontou de forma absolutamente genérica ofensa ao art. 535 do CPC, não especificando em que consistiria a omissão do acórdão recorrido. Incidência da Súmula 284/STF.*

*2. A controvérsia acerca da condenação em danos materiais não comporta conhecimento, porquanto a irresignação recursal no sentido de inexistência de dano a reparar ante a culpa exclusiva da vítima demanda a incursão no contexto fático dos autos.*

*3. O Tribunal de origem, com base na situação fática do caso, decidiu pela responsabilidade do ora agravante, ao tempo que afastou a apontada culpa exclusiva da vítima.*

*4. Esta Corte entende que, ante a independência existente entre as esferas civil e penal, é perfeitamente possível a fixação de danos morais decorrentes de acidente de trânsito no âmbito cível, desde que na ação penal não seja afastada a ocorrência do fato ou a negativa da autoria.*

*5. Quanto à revisão do valor fixado a título de danos morais, entende esta Corte no sentido de que sua modificação importa no revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.*

*Agravo regimental improvido.*

**(AgRg no AREsp 184.960/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/09/2012, DJe 02/10/2012)**

*RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. DECISÃO CRIMINAL ABSOLUTÓRIA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. ART. 384, IV, DO CPP. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO NO JUÍZO CÍVEL. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 1.525 DO CC/16 E 65 DO CPP.*

*- Embora tanto a responsabilidade criminal quanto a civil tenham tido origem no mesmo fato, cada uma das jurisdições utiliza critérios diversos para verificação do ocorrido. A responsabilidade civil independe da criminal, sendo também de extensão diversa o grau de culpa exigido em ambas as esferas. Todo ilícito penal é também um ilícito civil, mas nem todo ilícito civil corresponde a um ilícito penal.*

*- A existência de decisão penal absolutória que, em seu dispositivo, deixa de condenar o preposto do recorrente por ausência de prova de ter o réu concorrido para a infração penal (art. 386, IV, do CPP) não impede o prosseguimento da ação civil de indenização.*

*- A decisão criminal que não declara a inexistência material do fato permite o prosseguimento da execução do julgado proferido na ação cível ajuizada por familiar da vítima do ato ilícito.*

*Recurso Especial não provido.*

**(REsp 1117131/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/06/2010, DJe 22/06/2010)**

Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido, conforme se infere no seguinte excerto (fl. 268):

*Portanto, reconhecida por meio de decisão penal transitada em julgada a culpa exclusiva do próprio motorista (pai da autora), ora apelante, pelo acidente de trânsito discutidos nos presentes autos, resta vedada a discussão quanto ao cometimento de ato ilícito pelo Município de Agrolândia e, por conseguinte, a pretensão indenizatória, razão pela qual deve ser mantida a sentença de improcedência.*

**ANTE O EXPOSTO**, dou provimento ao recurso especial e determino o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que prossiga no julgamento do feito, como entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Sérgio Kukina  
Relator